

HISTORY

O poder da palavra falada: Gênese e sentidos dos manuais para discursos no Brasil da virada do século XIX para o século XX

Jefferson José Queler

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), BR

jeffqueler@hotmail.com

Entre o final do século XIX e o começo do século XX, surgiram no Brasil uma série de manuais com modelos de discursos para ocasiões solenes como batismos, casamentos, funerais, chegadas e despedidas, celebrações de Ano Novo e de acontecimentos históricos, entre outras cerimônias classificadas por antropólogos como ritos de passagem. *O orador familiar*, *O orador popular*, *O orador do povo* e *O orador moderno*, publicados por editoras distintas e assinados por diferentes nomes, constituíam então um novo subgênero bibliográfico de grande sucesso editorial, uma adaptação nacional para os manuais epistolares europeus. Seus autores buscavam, numa sociedade marcada por índices relativamente altos de analfabetismo, intervir no mundo da palavra falada e com isso moldar valores e comportamentos. Neste artigo, sugiro que tais obras intencionavam direcionar o processo de modernização então em curso. Por um lado, admitiam a emergência de novos grupos sociais e alguns de seus valores, bem como a integração do país à economia global. Por outro lado, reforçavam elementos da ordem social tradicional e do catolicismo oficial.

Between the late nineteenth century and the beginning of the twentieth century, a host of speech manuals were published in Brazil. They offered models for utterings on solemn occasions such as weddings, funerals, arrivals and departures, New Year's festivities, and historical commemorations, among other ceremonies classified by anthropologists as rites of passage. *The family orator* (*O orador familiar*), *The popular orator* (*O orador popular*), *The orator of the people* (*O orador do povo*), and *The modern orator* (*O orador moderno*), printed by various publishing companies and written by different individuals, were widely sold and consulted. They were adaptations inspired by European epistolary manuals. Their authors intended, in a society with high levels of illiteracy, to intervene in forms of oral communication so as to mold values and behaviors. This article suggests that such books tried to redirect the modernization process then taking shape. They praised the emergence of new social groups and their values as well as the country's integration in the global economy. At the same time, they reinforced elements of the traditional order and official Catholicism.

Oh! o poder da palavra pronunciada misteriosamente! Os homens de todos os países, de todas as terras têm-lhe um terror sagrado.

—João do Rio, *A alma encantadora das ruas*

A centralidade da palavra falada, na sociedade brasileira da virada do século XIX para o século XX, parece estar relacionada com o surgimento de um novo tipo de livro: os manuais para discursos, voltados para ocasiões de festas e comemorações. Publicados por diversas editoras no país, esses compêndios inspiravam-se nos manuais epistolares, em voga então no Brasil e na Europa. Ao invés de instruções para a confecção de cartas, porém, ofereciam modelos de fala. Essas obras sinalizavam não apenas um lucrativo mercado livreiro em franca expansão, mas também práticas sociais bastante difundidas. Por meio de tais impressos, seus autores procuravam intervir em pronunciamentos durante ocasiões solenes. Em meio a

um acelerado processo de modernização, estes momentos surgiam como oportunidades para a fixação de valores e hierarquias, ora pela aceitação de algumas mudanças, ora pelo reforço de relações sociais tradicionais e do catolicismo romanizado. Neste texto, analisarei os referidos livros e comentários sobre eles na imprensa. Com isso, pretendo indicar como essas obras emergiram e se transformaram, assim como deslindar alguns de seus usos e sentidos.

Falar bem em público, uma promessa dos livros

Discursar em solenidades e festas, eis o desafio de muitos indivíduos no final do século XIX e início do século XX. O manejo competente da palavra falada mostrava-se premente para grupos sociais em ascensão, bem como para outros segmentos da sociedade. Na ausência da habilidade vocal assim esperada, entretanto, alguns livros prometiam suprir tal requisito.

O florescente mercado de livros oferecia uma resposta para essa demanda ao editar uma série de manuais com modelos para discursos. Em 1883, a editora Laemmert deu o primeiro passo ao lançar *O orador familiar ou coleção completa de pequenos e lindos discursos para serem recitados em casamentos, batizados, aniversários natalícios, recepções, exames nos colégios, comemorações de fatos festivos, fúnebres, e em muitas outras reuniões familiares e sociais*. Essa obra era assinada por Lyrio Ferdinand e suas sucessivas edições parecem ter estimulado outras editoras da cidade do Rio de Janeiro, então sede da antiga capital federal, a publicar livros semelhantes. Nesse sentido, a Garnier disponibilizou, em 1888, *O orador popular*, de José Alves Castilho. Em 1890, a casa Serafim José Alves editou *O orador moderno*, de J. M. Latino de Andrade. Em 1892, a Livraria Quaresma lançou *O orador do povo*, de Aníbal Demóstenes. Enfim, a editora Francisco Alves, em 1914, lançou *O orador moderno*, de Tycho Brahe. Essas obras receberam várias edições, ao longo de décadas, o que indica amplo interesse social. Contudo, elas ainda não foram objeto de nenhum estudo específico, figurando primordialmente de maneira descritiva em trabalhos relacionados à história do livro no Brasil (El Far 2004, 89; Hallewell 2012, capítulos 9, 10 e 11). Por isso, analisarei alguns dos manuais para discursos adiante, com a exceção de apenas um.¹

Em relação aos autores, encontrei pouca ou nenhuma informação biográfica. O único a receber um curto verbete na *Enciclopédia da literatura brasileira* foi Aníbal Mascarenhas, nome verdadeiro de Aníbal Demóstenes, autor de *O orador do povo*. Contista, poeta, autor de literatura infantil, historiador, professor, tradutor, ele também publicou obras como *Os roceiros*, *O livro de fantasmas*, *Histórias do arco da velha*. Tycho Brahe era outro de seus pseudônimos (Coutinho & Sousa 2001 2:1203). Este nome, como vimos, aparece na capa de *O orador moderno*, da companhia Francisco Alves. Pode ser coincidência, ou outra incursão de Mascarenhas na seara dos manuais para discursos. De qualquer modo, em anúncios de jornais daquele período, ele figura como autor de livros como o *Manual prático do destilador*, o *Manual do fabricante de louças*, *O fabricante de perfumes, sabões e velas*, todos publicados pela Livraria Quaresma (*Gazeta de Notícias*, 07.08.1924, 8). Lyrio Ferdinand, em situação muito parecida, consta como compositor de diversos guias práticos para a criação de animais, tais como *O cavalo*, *O galinheiro brasileiro* e *O boi*. Em seu nome, aparecem igualmente o *Manual do Pintor* e o *Manual do padeiro e do forneiro* e *O cozinheiro dos pobres*, todos lançados pela editora Laemmert (*Jornal do Commercio*, 12.05.1911, 12).² Tais informações sugerem que alguns autores de manuais para discursos redigiam livros com diferentes temáticas: indício de polimatia mas também de estratégia de sobrevivência no limitado mercado editorial então existente. Além disso, apontam que eles produziam uma gama de obras de utilidade prática. Estas constituíam um gênero maior, do qual os manuais eram um subproduto.

¹ Até o momento, não consegui localizar *O orador moderno*, de J. M. Latino de Andrade, seja em acervos de grandes bibliotecas públicas, seja em sebos online. De qualquer forma, obtive algumas informações sobre esse livro nos jornais de época. Em relação às edições das obras a serem analisadas, emprego a quinta e derradeira edição de *O orador familiar*, de 1893. O exemplar de *O orador popular* diz respeito à segunda e última edição, de 1890. O volume de *O orador do povo* não informa qual é sua edição, destacando somente que veio a lume em 1936. *O Orador Moderno*, de Tycho Brahe, é a segunda e última edição de 1916. O critério para a seleção foi a publicação desses livros no período republicano, posterior a 1889, para que o cotejamento e a análise de seus conteúdos se referissem a uma mesma conjuntura. A respeito de suas primeiras edições, encontrei algumas informações na imprensa do período. Não existem dados sobre tiragens, mas suas múltiplas edições e a competição das editoras em torno desse filão atestam o seu sucesso. Algumas dessas obras tiveram considerável sobrevida. *O Orador popular* tem edições em 1909 e 1938. *O Orador do povo*, por sua vez, foi novamente publicado pela Livraria Quaresma em 1947 e 1958. Finalmente, existem exemplares desse livro, sem indicação de data, lançados pela editora *Spiker*, possuo um, cuja relativa conservação sugere impressão em período mais recente.

² A única informação biográfica a respeito de José Alves de Castilho encontra-se na folha de rosto de *O orador popular*, na qual é apresentado como “natural do Maranhão”.

Os guias de utilidade prática formavam uma variada e lucrativa fatia do mercado livreiro. Laurence Hallewell estima que os manuais técnicos da editora Laemmert e os do tipo “faça você mesmo”, sobretudo de agricultura, etiqueta e economia doméstica, foram mais lucrativos do que seus livros de literatura, história e ciência. Tal companhia publicou o *Guia do jardineiro, horticultor e lavrador brasileiro*, de Custódio de Oliveira Lima; o *Novo secretário luso-brasileiro*, manual epistolar; além de manuais de dança, culinária e medicina (Hallewell 2012, 263–264). A Livraria Quaresma lançou uma série de obras semelhantes; entre elas, o *Secretário Moderno*, uma série de modelos de cartas; *A arte de fazer sinais com o leque e com a bengala*; o *Dicionário das Flores, folhas e frutas*; o *Manual dos namorados e o Secretário poético, ou coleção de poesias de bom gosto, próprias para serem enviadas [...] em dias de aniversários, batismos* (Hallewell 2012, 305). Como se pode notar, diversas editoras competiam entre si no âmbito desse segmento do comércio livreiro.

No final do século XIX, o mercado de livros no Brasil expandia-se e chegava a uma parcela pouco explorada da sociedade, o “povo”. Publicar para uma ampla camada de leitores tornava-se um negócio alvissareiro (El Far 2004, 11). Esse crescimento era impulsionado por uma série de fatores: a penetração de novas tecnologias de impressão, que permitiam a produção de volumes mais baratos; a chegada em larga escala de imigrantes, muitos dos quais investiam pequeno capital acumulado no comércio varejista; o número crescente de escravos libertos, que engrossavam as fileiras dos consumidores; enfim, os pequenos avanços no processo de alfabetização, que ampliavam o número de leitores (El Far 2004, 30). Segundo informações do censo de 1890, enquanto 80 por cento dos brasileiros eram analfabetos, quase metade da população carioca podia ler e escrever (Damazio 1996, apud El Far 2004, 12). Esses dados demandam alguns cuidados, uma vez que não explicitam os diferentes graus de domínio dessas habilidades pelas pessoas pesquisadas. De qualquer modo, denotam a predominância de formas orais de comunicação na sociedade brasileira à época.

Um cenário como esse contribui para a compreensão do surgimento de escritos destinados ao aperfeiçoamento da fala. Teorias acerca dos efeitos do letramento, notadamente as de Jack Goody e de Walter Ong, as quais sustentam que a introdução da escrita enceta, de maneira mecânica e imediata, a emergência de modos de pensamento lógico-conceituais em sociedades orais, têm sido deveras criticadas nas últimas décadas (Street 1993, 3 e 7). De modo alternativo, mesmo admitindo que tais fenômenos tenham ocorrido em determinados espaços e tempos, talvez seja mais frutífero prestar mais atenção nas continuidades do que nas diferenças entre a oralidade e a escrita (Barber 2007, 29). Nessa direção, é possível entrever, na introdução do manual de Alves Castilho, como este deliberadamente volta seus esforços para adaptar um gênero livresco internacionalmente conhecido pela arte de polir a escrita, os manuais epistolares, para um destinado a refinar a fala, em consonância com a presença marcante da oralidade no país. Preocupado com a possibilidade de ser ridicularizado, o autor questiona, “Se colecionam modelos para a correspondência epistolar, porque não se poderá fazer o mesmo em relação a certa espécie de discursos?” (Castilho 1890, 5–6). Tycho Brahe (1916, 6) reforça o coro e considera seu guia tão “útil como um formulário comercial, como os modelos epistolares”.

Nas entrelinhas, é possível perceber que esses livros não tinham sido completamente naturalizados por alguns grupos sociais; daí a necessidade de o autor justificar a existência daquela obra com base em suas matrizes inspiradoras, os manuais para cartas, aparentemente mais sedimentados no gosto do público. A genealogia destes últimos, comuns na Europa e no Brasil, remonta aos tratados de composição de missivas do século XII, os *ars dictaminis* ou *dictandi*, oriundos da retórica e por isso remetendo a Cícero e à Antiguidade (Dauphin 1991, 213). Desse modo, os guias para discursos, engendrados numa sociedade em que predominavam formas orais de comunicação, retomavam e aprofundavam alguns dos propósitos iniciais dos manuais epistolares em relação à arte da palavra falada.

É possível indicar um manual epistolar que provavelmente influenciou a confecção dos guias para discursos. *O Novo secretário português*, de J. I. Roquete, publicado em 1860, circulou no Brasil da segunda metade do século XIX.³ Na introdução, o autor expõe que as cartas são um importante “laço social”. Por isso, advoga que se cuide bem tanto de sua “contextura” quanto do tipo de papel para sua confecção: “Se quisermos passar por gente bem-criada, e que conhece as regras de bem viver. Veja-se o que já dissemos no nosso *Código do Bom Tom*” (Roquete 1860, 1). É notável a semelhança dessa passagem com a apresentação de *O orador familiar*, na qual sobressaem ensinamentos sobre boas maneiras e a referência a um manual de etiqueta. Lyrio Ferdinand (1893, 5) recomenda que seus discursos sejam proferidos com base na maior

³ Apesar de se tratar de obra portuguesa impressa na França, o manual em questão foi vendido e manuseado na antiga capital federal e em outras regiões do país no período estudado. No exemplar consultado, o único da biblioteca Luiz de Bessa, em Belo Horizonte-MG, salta aos olhos um selo na parte traseira da capa, referente à Livraria e Loja de Papel Matheus, Costa & Cia, 120 Rua da Quitanda, Rio de Janeiro, local em que o livro foi adquirido.

“civilidade” (grifos do autor). Aconselha que seus leitores conciliem suas falas com gestos apropriados—por exemplo, para discursos fúnebres, tom grave. Apregoa também que garrafas, copos e peças de louça não sejam quebrados durante cerimônias. Na mesma toada do manual epistolar português, enfim, *O orador familiar* declara que seus leitores precisam “conhecer o *Novo Manual do Bom Tom*” (5–6). Essa pista indica que *O orador familiar* foi diretamente construído a partir de uma leitura de *O novo secretário português*. O primeiro era claramente um livro de etiqueta. Assim, o exercício do autocontrole e da diferenciação social era adaptado do universo das cartas para o mundo da palavra falada.

A busca pelo polimento da expressão oral pode revelar estratégias de determinados grupos para se reposicionarem na sociedade. A análise do processo civilizador, feita com profundidade por Norbert Elias, respalda essa hipótese. Ao lado do refinamento dos costumes à mesa e de maior controle corporal, o sociólogo observa que o expurgo de palavras em calão e o rebuscamento da língua francesa, ora pela nobreza, ora pela burguesia, correspondiam a uma estratificação social bem definida (Elias 1994, 121). No cenário brasileiro, uma propaganda da primeira edição de *O orador familiar* veiculada no *Jornal do Commercio*, em 23 de novembro de 1883, talvez não admita esse intento: “como Deus não dotou todos os homens com a capacidade de improvisar diante de um auditório, achamos que este livro se torna necessário” (3).⁴ É provável que habilidades retóricas fossem distribuídas de maneira diferenciada no seio de uma mesma camada social. Todavia, os manuais para discursos, se analisados na trilha aberta por Elias, talvez revelem tentativas de certos grupos no sentido de demarcar, ou romper, formas de estratificação social por meio de expressões vocais mais apuradas.

É significativo que Lyrio Ferdinand, autor de *O orador familiar*, assine igualmente o livro *Lira das Crianças*: coleção de poesias, diálogos e versos para serem declamados na infância. Em publicidade do jornal *Gazeta de Notícias*, em 18 de janeiro de 1901, o valor educativo dessa obra é propalado sob o argumento de que a “dicção, o desenvolvimento da memória, a arte de declamar são ornamentos que distinguem o homem educado” (4). A busca por distinção social através da fala refinada, presente neste reclame, bem poderia subsidiar a produção dos guias para discursos. Estas obras pretendiam superar certas barreiras sociais para alguns indivíduos e, simultaneamente, reforçá-las para outros. É o que se pode perceber em comentários não assinados estampados na *Gazeta de Notícias* em 8 de novembro de 1889. Eles referem-se aos lançamentos de *O secretário brasileiro*, manual epistolar, e de *O orador popular*, de Alves Castilho, ambos pela editora Garnier. De modo explícito, o comentarista proclama que, quem possuísse boa letra e memória afiada, poderia “rir desdenhosamente das cartas em que há amigo com dois *mm* e dos discursos interrompidos frequentes vezes por aquilo a que chamam ‘caroço’” (*Gazeta de Notícias*, 8.11.1889, 2).⁵ Nesta ótica, falar publicamente de maneira entrecortada era algo tão grave quanto não se dominar a ortografia: fatores de estratificação na sociedade brasileira sobre os quais a página impressa prometia intervir.

Usos e sentidos dos manuais para discursos

Quais grupos serviam-se desses guias? Com quais propósitos? De início, como bem adverte Cécile Dauphin (1991, 209), é preciso levar em conta que a presença de um tema na produção editorial é reveladora de práticas sociais. Os manuais, não por acaso, despontam em contexto no qual pronunciamentos em ocasiões cerimoniais insinuavam-se corriqueiros. Há indícios dessas atividades na primeira página do jornal *Gazeta de Notícias* de 28 de novembro de 1883, em coluna identificada tão somente com a inicial “V”. Nela, a primeira edição de *O orador familiar*, de Lyrio Ferdinand, é saudada com a alegação de que há cidadãos que “se veem forçados” em “um único dia” a “deitar o verbo quatro ou cinco vezes e por diferentes motivos”, o que “além de não deixar tempo para mais nada, estafa a imaginação de um homem” (1). A mesma coluna, porém, critica o mencionado guia por não agregar modelos de discursos para deputados no Parlamento, nem sugestões para falas do trono, isto é, comunicações do imperador para deputados e senadores; lamenta ainda a ausência de proposições de fala para celebrar alguém nomeado oficial da Guarda Nacional ou condecorado com as honrarias da Rosa ou Vila Viçosa: presumidas lacunas as quais o comentarista queria preenchidas em futura edição (1). Dessa forma, essa matéria sinaliza que *O orador familiar* fora erigido sobre uma seleção de práticas sociais.

A mesma coluna é rica em outras pistas ao sugerir os valores sociais de grupos inclinados a usá-lo. Segundo “V”, tratar-se-ia de livro muito “útil”, destinado a solucionar os problemas de pessoas instadas a compor falas

⁴ A pesquisa em jornais muito se beneficiou do site da Hemeroteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), o qual agrega acervos de numerosos periódicos atuantes na conjuntura em que os manuais para discursos foram publicados.

⁵ Não é por menos que Lyrio Ferdinand (1893, 123) alerta que é muito feio “titubear e gaguejar” durante discursos; daí advogar a cuidadosa preparação deles.

originais a todo instante. Afinal, o “Sr. Lyrio compreendeu claramente que vivemos em tempos [...] em que *time is money*” (grifos no original). Salta aos olhos gestão utilitária dos objetos e do tempo cara ao ideário burguês. Resta investigar quem compartilhava desse princípio. No Brasil da segunda metade do século XIX, a expansão da economia cafeeira e a consolidação do Estado nacional colocaram novos atores em cena. Ricos fazendeiros de café ascenderam no Sudeste do país, interessados em substituir o regime imperial por uma República federalista (Sevcenko 1998, 9). Paralelamente, um profuso corpo burocrático civil e militar e um setor de serviços atrelado ao complexo agrário-exportador contribuíram para a formação de camadas médias urbanas (Saes 1984, 42). Desse modo, é possível que grupos emergentes fossem suscetíveis a valores burgueses, inclusive ao enaltecimento da mobilidade social. Em se tratando dos manuais, é provável que fossem primeiramente destinados aos extratos médios, dado que, conforme veremos, na maioria deles avultam discursos em homenagem a médicos, advogados, delegados, juízes.

Há uma série de valores nos guias que se aproximam de concepções presentes entre as camadas médias de outros países. Historiadores e cientistas sociais, recentemente, vêm contestando interpretações que identificam a constituição desses grupos na Europa e nos Estados Unidos como paradigmas. Segundo a postura crítica dessa nova corrente, tais sujeitos foram ali concebidos a partir de modelos bastante idealizados, ao serem tomados como única e exclusivamente portadores da modernidade; e a formação dos extratos médios em outras partes do globo —seja na África, na Ásia, ou na América Latina—, foi por isso concebida como fracasso ou emulação frustrada (López e Weinstein 2012, 6).⁶ De outro modo, novos estudos vêm insistindo no caráter transnacional da formação histórica dos referidos grupos sociais, o que implica o compartilhamento de subjetividades, práticas e significados entre eles em países situados em continentes distintos. Nessa direção, é possível afirmar que essas camadas professavam discursos de civilização e as virtudes da mobilidade social e, ao mesmo tempo, a defesa de categorias religiosas, de hierarquias de gênero, de distinções de classe, em sociedades as mais diversas. Em escala intercontinental, modelavam a produção, e surgiam como produto, portanto, de uma modernidade fraturada (López e Weinstein 2012, 12).⁷

As transformações operadas no Brasil, nas referidas circunstâncias, transcorriam em meio a um processo de modernização de alcance global. A chamada Revolução Científico-Tecnológica, iniciada em meados do século XIX, abriu caminho para o emprego de novos potenciais energéticos como a eletricidade e os derivados de petróleo. Esses elementos viabilizaram a criação de veículos automotores, de transatlânticos, do telégrafo e da iluminação elétrica (Sevcenko 1998, 9). Essa tendência avançou rapidamente rumo a uma série de sociedades tradicionais e de economia agrícola. Particularmente no Brasil, jovens intelectuais e alguns políticos e militares, desde a década de 1870, propugnavam uma plataforma de modernização das estruturas imperiais, tendo em vista orientações científicas e técnicas provindas da Europa e dos Estados Unidos. Com a proclamação da República, em 1889, esse grupo encabeçou a tarefa de modernizar o país “a todo custo”. Como resultado, houve grande penetração de capitais ingleses e norte-americanos, assim como especulação financeira generalizada. No saldo do jogo especulativo, a elite econômica da era monárquica cedeu espaço para aquela nova camada de enriquecidos (Sevcenko 1998, 14–15). Esta última, baseada no “talento” e na incorporação de novos ricos, passara a pleitear a preeminência de seus valores sobre aqueles da minguante aristocracia de corte. Contudo, a velha nobreza resistia ao sobrepor a honra à exaltação do lucro e aos modos de vida aburguesados (Alonso 2009, 142 e 147).

Algumas reflexões de Roger Chartier (1991a, 177) são de grande valia para a compreensão desses enfrentamentos de representações. Segundo ele, não existe prática ou estrutura que não seja construída por elas, contraditórias e em confronto, por meio das quais grupos e indivíduos dão sentido ao seu mundo. Por vezes, embates desse tipo ocorriam no interior de um mesmo manual para discursos. Assim, Lyrio Ferdinand (1893, 69–70), em sugestão de fala para um estudante declamar, subordina a posse de riquezas materiais a outros princípios. De acordo com ele, só um “louco” “julga-se feliz na opulência”, dado que no cumprimento do dever está “prescrita a verdadeira felicidade dos indivíduos”. Daí a necessidade de se equilibrar dois princípios: “Da honra, sentimento que devemos hastear em frente de todos os atos da nossa vida, nasce a igualdade humana. [...] E do trabalho nasce a abastança, nasce o amor e todos os grandes sentimentos” (69–70). Em outras palavras, o autor almeja conciliar os valores da honra e do trabalho ou, respectivamente, os

⁶ Em direção similar, David S. Parker (2013, 10) expõe que uma série de estudiosos tem problematizado os pressupostos de que houve uma revolução burguesa na França ou de que uma classe média triunfou na Inglaterra. Nesse sentido, tornam-se questionáveis as narrativas acerca da América Latina que a enquadram num suposto desvio de alguma regra universal.

⁷ Como bem aponta Ulrich Mücke (2017, 701), a modernidade não deveria ser tratada de forma maniqueísta, pois ela incluía o novo e o velho, escravidão e liberdade, ao mesmo tempo. Para ele, estes não eram conceitos opostos, mas ideias interdependentes.

universos da aristocracia e da burguesia. No entanto, é improvável que membros do primeiro grupo lessem esse tipo de impresso, visto que, por definição, já haviam interiorizado comportamentos polidos.

A maior presença de valores burgueses em outros guias é indício de transformações sociais. Em discurso escolar, Aníbal Demóstenes (1936, 62) apregoa, ameaçadoramente, que “o trabalho é o fator principal da felicidade e o desprezo público condena a todo aquele que procura subtrair-se a essa lei fatal e inexorável que rege a natureza inteira”. Em outro apelo dirigido a estudantes, ele conclama: “Sede econômicos, moços, e garantireis a vossa velhice do opróbrio e da miséria” (65). Labuta e poupança são apresentadas à juventude como ideais a serem alcançados, sob pena de exclusão social em caso de recusa desses comportamentos. Castilho Alves (1890, 84), por sua vez, homenageia a chegada de um professor ao alegar que, numa sociedade sem títulos hereditários, “cada um vale pelo merecimento próprio”, de modo que somente pela “instrução e pelas virtudes” pode alguém se destacar de seus pares. Num país recém-saído da escravidão (a Abolição ocorrera em 1888), o autor presume a existência de uma sociedade de classes com copiosa mobilidade social e que recompensa os sujeitos mais empreendedores. Dessa forma, ambos justificam tanto posições de grupos emergentes quanto a formação de um mercado de trabalho assalariado.

A constituição material e os preços dos livros em questão fornecem outros indícios de seus usos sociais. A propaganda da primeira edição de *O orador familiar*, de Lyrio Ferdinand, oferece “1 volume elegantemente cartonado” vendido a 3\$000 (*Jornal do Commercio*, 19.12.1883, 5). Ao longo de suas várias edições, seu preço nominal e seu tipo de papel variaram uma única vez, em tiragem da quarta edição, anunciada como um “1 vol. ricamente dourado” a 4\$000 (*Jornal do Commercio*, 08.12.1886, 5). Para fins de comparação, Alessandra El Far, com base em jornais da década de 1880, informa que o preço de uma brochura, de qualidade física e valor relativamente reduzidos, oscilava de cem réis (\$100) a 1 mil-réis ou 2 mil-réis (1\$000 ou 2\$000). Tal quantia era diminuta quando se leva em conta que um jantar barato no largo da Carioca ou na rua do Ouvidor custava de 1 mil-réis (1\$000) a 3 mil-réis (3\$000) (El Far 2004, 85). Assim, as edições de capa dura e com papel especial de *O orador familiar*, ainda que não tivessem preços astronômicos, distinguiam-se em alguma medida das modestas brochuras. Aliás, seu próprio acabamento sugere que esses livros eram concebidos como símbolos de distinção —em sintonia com as recomendações dos manuais epistolares para que seus usuários definissem o tipo de papel das cartas de acordo com o status dos seus destinatários—. Em suma, eram produtos de qualidade intermediária, em consonância com a posição social de seu público alvo.

Tudo indica que *O orador popular*, de Alves Castilho, foi uma tentativa da Livraria Garnier de capitalizar na esteira das sucessivas edições de *O orador familiar*. Seu preço e revestimento requintado são equiparáveis aos deste último, conforme é possível observar no anúncio de sua primeira edição: “um nítido vol. in-f.[ólio] impresso em Paris e elegantemente encadernado em percalina” por 3\$000 (*Gazeta de Notícias*, 11.11.1888, 6). A informação de que essa obra fora impressa na França —referência das elites locais em termos de comportamentos e ideias (Sevcenko 1998, 26)— não parece fortuita, e sim uma tentativa de agregar status ao objeto. Um esforço para diferenciar *O orador popular* de seu congêneres salta aos olhos em publicidade de sua segunda edição, na qual “Modelos de respostas” são oferecidos (*Jornal do Commercio*, 09.01.1890, 5), sugestões de réplicas foram depois incorporadas nos manuais para discursos de outras editoras. Além de mais próximas do mundo da fala, repleto de diálogos, elas deviam atender a etiqueta fundada no preceito de “civildade”.⁸

Na mesma época, esses livros receberam versões em suportes materiais menos finos. Em 1890, a casa Serafim José Alves editou o *Orador Moderno* sob a assinatura do “eloquente orador J. M. Latino de Andrade”. Desta feita, ao invés de qualidade no papel, a ênfase recaía na grande quantidade de páginas e preço reduzido: “1 grosso vol.” por 1\$000 (*Gazeta de Notícias*, 16.07.1890, 05). De modo semelhante, a Livraria Quaresma, em 1892, publicou *O orador do povo*, de Aníbal Demóstenes, apresentando-o como um “grosso vol.” por 2\$000 (*Gazeta de Notícias*, 25.10.1892, 08). É perceptível que essas obras tinham qualidade material e preços similares àqueles das brochuras e dos impressos mais em conta no mercado. Tratava-se de demanda de grupos emergentes por obras de menor valor monetário, ou procura de segmentos da base da sociedade por esse tipo de leitura? Ainda que seja difícil responder à primeira questão, é certo que o acesso aos guias para discursos pelos mais pobres e menos letrados (trabalhadores e indivíduos nas fimbrias do mercado de trabalho) fora dilatado. É provável então que estes em alguma medida os tenham lido, ainda que com propósitos diferenciados.

O estudo de Roger Chartier (1991b, 195) sobre manuais epistolares europeus pode iluminar essa hipótese. Segundo ele, seus leitores, apesar de tais livros alegarem razões utilitárias, não os consumiam, no século

⁸ Em resposta de um pai homenageado com uma fala no batizado de sua filha, Aníbal Demóstenes (1936, 12) postula: “Faltaria ao mais respeitoso preceito de civildade, se não agradecesse o brinde tão calorosamente erguido pelo meu nobre amigo”.

XVIII, à procura dos seus apregoados usos práticos. Em primeiro lugar, a estrutura narrativa de vários de seus modelos de carta permite conjecturar que eram lidos como ficção. Em segundo lugar, as camadas baixas e médias da sociedade francesa, por meio desses manuais, tinham contato com valores e sutilezas da sociedade de corte. Uma vez instruídas na estrutura social desigual, davam-se conta então do que era ou não permitido a cada indivíduo no interior de um código social prescrito a determinada ordem. Quando menos, ganhavam acesso ao fechado mundo da aristocracia, uma experiência de exotismo social (Chartier 1991b, 193–197). No que tange aos guias para discursos, não há estruturas narrativas em seus conteúdos, as quais permitam leituras ficcionais. Seus textos são quase sempre curtos e impessoais. Entretanto, o descortinar de um mundo elitizado, bem como as maneiras de se lidar de maneira vantajosa com ele, poderiam ser chamarizes para os extratos sociais mais baixos.

Por ora, cabe ressaltar que os temas abordados nos manuais para discursos eram muitas vezes heteróclitos, possivelmente para maximizar o número de leitores. O jornalista Henrique Chaves, sob o pseudônimo João Bigode, comenta um desses aparentes paradoxos na coluna *Balas de estado* da *Gazeta de Notícias*, em 7 de março de 1885. Em resenha da segunda edição de *O orador familiar*, de Lyrio Ferdinand, ele estranha a presença, no mesmo livro, de um “discurso abolicionista” e de um “discurso escravocrata”. Um trecho deste último é transcrito, desdenhoso da “ideia revolucionária e que alguém chama humanitária” por presumivelmente arruinar “tudo quanto de esperança tinha o futuro de nossa pátria” (2). Na mesma obra, afluem ferramentas retóricas para grupos em acirrado enfrentamento na arena política. Contudo, essa dualidade é dissipada em tiragens posteriores à Abolição. Todos os manuais analisados, posteriores a este evento, aderem à corrente vitoriosa. Disponibilizam tão-somente modelos de fala para comemorar leis dedicadas à supressão do cativo.⁹

Os textos curtos dos manuais, versando sobre os mais diversos assuntos, levam a crer que eram manuseados de maneira casual, não-linear, descontínua. Isto é, forneciam leituras e trechos pontualmente escolhidos. Vários modelos concernentes a um mesmo tipo de ocasião —diversas opções para batismos, casamentos, funerais—, lado a lado, pretendiam delinear comparações e escolhas acerca do molde mais adequado para um pronunciamento. Na introdução de *O orador popular*, Alves Castilho (1890, 6) é bem explícito ao instruir os leitores a coletar em seus textos somente sugestões de novas maneiras para desenvolver os assuntos neles abordados: aproveitamento de ideias, substituição de palavras, transposição de parágrafos de lugares diversos. Tycho Brahe (1916, 5) recomenda a leitura de seu livro para o indivíduo “avivar a memória e produzir uma oração semelhante” ou “tomar aqui e ali trechos convenientes e com eles enfeixar um discurso adequado às circunstâncias de momento”.

As evidências encontradas a respeito dos usos dos guias chamam mais atenção para sua desqualificação. Em nota não subscrita, o jornal *Diário Português*, em 7 de julho de 1885, trata *O orador familiar* com derrisão. Em sua opinião, as “coisas mais engraçadas deste mundo são os compêndios de civildade e os oradores oficiais”, “uns quinhentos ou mil oradores de classe”, personagens cuja aparição seria estimulada pelo referido livro. O comentarista, significativamente, faz questão de deixar claro que não o possuía, tendo-o lido na loja de seu barbeiro: sujeito “que nas horas que não faz barbas escreve dramas, e nas horas em que não escreve dramas, elabora discursos” (2). Essa matéria sugere que os manuais para discursos, quando identificados, não se mostravam eficazes em superar estratificações sociais, pelo contrário. Além do mais, aponta que esses livros foram efetivamente lidos por trabalhadores urbanos. De modo semelhante, no Chile e no Peru, entre 1860 e 1930, uma série de termos foi cunhada para atacar o alpinista social, tratado por muitos romancistas e dramaturgos como cômico, patético, descortês. *Siústico*, no Chile, e *huachafó*, no Peru, por exemplo, veiculavam uma luta de classes travada em terreno simbólico (Parker 2012, 336). No Brasil, ainda que nomenclaturas não tenham sido identificadas, havia similar emprego de palavras para a manutenção da hierarquia social diante das investidas de grupos emergentes.

⁹ Algumas diferenças em suas abordagens são notáveis. *O orador popular* comemora a chamada Lei do Ventre Livre (1871) — que pretendia eliminar gradativamente a escravidão ao libertar, condicionalmente, os filhos de escravos nascidos a partir de sua promulgação— como produto dos esforços individuais de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco (Castilho 1890, 185). Já *O orador familiar*, guiado por outra concepção de história, celebra a Abolição, no dia 13 de maio, questionando os “retrógrados” que a atribuíam ao “trono influenciado por Deus”. Afinal, isso implicaria desconhecer “o grande movimento abolicionista que os republicanos agitaram no coração de todas as classes” (Ferdinand 1893, 153). No primeiro caso, avulta a história feita pelos grandes homens, ao modo da narrativa *événementielle*; no segundo, a história feita por sujeitos coletivos, ao estilo romântico. De qualquer modo, os discursos das edições dos livros analisados são permeados por um discurso universalista que não menciona a existência de relações de poder e dominação entre diferentes etnias. Os próprios manuais, todavia, buscavam veladamente suprimir práticas religiosas afro-brasileiras, conforme veremos.

Nessa direção, o panfleto *O meio*, organizado por intelectuais como Coelho Neto, Pardal Mallet e Paula Ney, expressa irritação em texto anônimo de 31 de outubro de 1889, ao afirmar que todos “temos sido vítimas do *Orador Familiar* e de improvisos mais ou menos estudados”. Em sua opinião, esse livro pretendia levar o auditório a achar que “o orador é servido por uma imaginação ardente e possui um cabedal de erudição vastíssimo e variado” (n. 11, 7–8). Afetar ilustração, de forma intencional ou não, era de fato um dos objetivos dos guias. Palavras rebuscadas e “citações” de autores europeus consagrados (Chateaubriand, Comte, Victor Hugo, Voltaire) —em passagens que não permitem ser verificadas nas obras desses autores e que mais parecem veicular senso comum—, abundavam em suas páginas. A fonte de incômodo, no entanto, provém da tentativa de alguns de seus usuários em se projetar socialmente durante uma solenidade. O referido texto admite a legitimidade de discursos em aniversários, reuniões, batizados, casamentos. A “todos, mas ... ao discurso fúnebre não”, pois, se “não é para o defunto, é para os que o acompanharam, e esses, francamente, não foram ali senão para deitar um pouco de cal sobre o morto” (n. 11, 7–8). O emprego da página impressa, como se pode notar, não dava conta de controlar todas as normas da palavra falada e da etiqueta. Tentativas de superar a estratificação social por meio dos guias, quando detectadas, eram incisivamente repelidas por grupos que já a haviam internalizado.

O poder da palavra falada sobre a história

Quais eram os principais objetivos dos manuais para discursos? A despeito das especificidades de cada um, havia pelos menos dois eixos em comum. Em primeiro lugar, todos saúdam a modernização no Brasil, no sentido de sua maior integração à economia global. Em segundo lugar, todos se dedicam a inculcar valores do catolicismo oficial, assim como relações sociais tradicionais. Estariam esses dois encaminhamentos imbricados, ou seja, unidos pela tentativa de se instrumentalizar a palavra pronunciada como reguladora dos limites das transformações históricas?

A respeito da nova ordem econômica, os manuais invariavelmente reservam modelos de fala para inaugurações de terminais de meios de transporte e comunicação. Alves Castilho (1890, 179–180) enaltece a abertura de uma nova estrada de ferro ao elevá-la à mesma dignidade do telégrafo: “Consequências do estudo da eletricidade e do vapor, ambos esses melhoramentos são verdadeiras armas do progresso”. A locomotiva, segundo Aníbal Demóstenes (1936, 117), era verdadeiro agente do refinamento das sociedades, uma vez que “penetra no coração dos continentes e neles espalha a civilização”. Essas tecnologias aparentavam abrir ainda mais o caminho para relações sociais impessoais e individualizadas, em detrimento de práticas fundadas no paternalismo.¹⁰ Entretanto, os manuais buscavam igualmente limitar essas mudanças através do fortalecimento seja de relações tradicionais, seja do catolicismo oficial.

A ligação dos guias para discursos com a religião incorpora a retórica dos manuais epistolares. A onipotência da vontade divina, a segurança obtida com uma vida piedosa, a necessidade da entrega aos decretos da Providência, uma boa preparação para a morte e a outra vida, esses são alguns dos pilares desses livros: uma pastoral católica centrada na promessa de vida eterna pela qual vive o cristão neste mundo (Chartier 1991b, 180). Os guias para discursos, todavia, não eram simples cópias, pois surgiam em momento em que a Igreja empenhava-se em revigorar o catolicismo ao redor de princípios e práticas romanizados. Tal instituição contrapunha-se a parte da elite brasileira que, pautada por princípios liberais, havia assumido posição anticlerical e associado catolicismo a obscurantismo. Ademais, fazia frente ao avanço do protestantismo e procurava obter maior controle das cerimônias religiosas no país; pois a profunda influência dos leigos nestas as tornavam repletas de sobrevivências pagãs, de superstições e feitiços, com um politeísmo subliminar (Abreu 1994, 184–185 e 198–199). Nesse sentido, o empenho dos guias para discursos em controlar os sentidos de ritos e cerimônias religiosos estava, direta ou indiretamente, em compasso com esforços da hierarquia eclesiástica católica. E o faziam sob o manto de uma missão civilizadora.¹¹ Não há total sintonia

¹⁰ No início do século XX, a análise sociológica conservadora de Gilberto Freyre (2004, 126) mostrava-se avessa a esse tipo de mudança ao longo do século XIX, pois esta teria desembocado em “menos patriarcalismo, menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário; e mais individualismo da mulher, do menino, do negro—ao mesmo tempo que mais prostituição, mais miséria, mais doença. Mais velhice desamparada”.

¹¹ Os guias eram pensados como verdadeiras formas de intervenção sobre ritos efetivamente praticados. João do Rio, jornalista e cronista atuante no início do século XX, escreveu uma série de reportagens no jornal *Gazeta de Notícias* apontando que a antiga capital federal não era uma cidade católica, nem entre as camadas populares nem entre as elites, mas tão-somente uma “civilização de fachada”. Ele criticou o que seriam a barbárie ou a irracionalidade da religiosidade então vigente através de uma série de casos. Num deles, o autor descreve, estupefato, um ritual de iniciação de um candomblé, em que teria presenciado músicas enervantes, cachaça, frenesim, sangue de animais esfaqueados, danças macabras, alucinações (Velloso 1988, 32–35).

entre essas partes, porém, já que posições heterodoxas emergem em alguns manuais, como modelos de pronunciamentos para a inauguração de lojas maçônicas (Castilho 1890, 199–200; Brahe 1916, 175).¹²

A palavra falada era planejada para produzir efeitos sobre valores e práticas sociais. Como relembra Barber (2007, 3), textos, sejam eles escritos ou falas, são formas de ação. Assim, um chefe Luba só se torna um chefe quando seu status é ratificado pela execução de cantos de louvor *kasàlà* em sua honra. Ritos de passagem, de presença tão marcante nos manuais para discursos, mostravam-se então como ocasiões propícias para se ingerir na vida social. Arnold Van Gennep (2011, 24) observou, em trabalho clássico, que eles dizem respeito a passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra ou de uma situação social a outra. Cerimônias em torno do nascimento, da puberdade social, do casamento, da paternidade, da progressão de classe, da morte, fazem parte da vida de indivíduos das mais diversas sociedades. Da mesma forma, mudanças cósmicas, como o dia de Ano Novo, incluem-se nesse rol.

Os ritos de passagem presentes nos guias almejavam demarcar etapas na vida humana a partir de marcos temporais do catolicismo. Nessa trilha, Alves Castilho (1890, 81) postula que a religião, no berço, “redime do pecado original”; nos momentos mais solenes, anima e consola; na morte, enfim, prepara para a “vida eterna”. No batismo, haveria purificação; no casamento, o “raiar de uma nova existência”; na morte, o “começo da verdadeira vida”. (Castilho 1890, 12, 25 e 137). Todas essas metáforas, similares em outros manuais, traçam cortes na existência ao assinalar a travessia de indivíduos para condições tidas como mais plenas e elevadas.

O caminho da religião católica e a adoção de seus princípios surgiam como os únicos caminhos, em franca negação da alteridade. Em discurso de batizado dirigido aos pais, Alves Castilho (1890, 15) ressalta o papel dos padrinhos, na falta dos pais, em fazer a criança seguir os caminhos da “santa religião”, em sua opinião, “a única que pode dar a verdadeira felicidade”.¹³ Aníbal Demóstenes (1936, 19–20), em modelo de fala para casamento, proclama que o matrimônio faria “raiar o sol da verdadeira felicidade”, e conclama os recém-casados a obedecer aos preceitos “da mais pura das religiões—a católica”. Igualmente, a religião, nos tempos cíclicos da vida laica, era empregada para demarcar rupturas tidas como grandiosas e inevitáveis rumo ao *télos* do encontro com Deus. Lyrio Ferdinand (1893, 51), em discurso para o aniversário de um amigo, concebe a ocasião como oportunidade para celebração e para o reconhecimento de que: “Vemos dia a dia aproximar-se de nós a eternidade, a verdadeira glória e recompensa da vida!”.

Em se tratando de virtudes católicas, os manuais destacam a caridade. Tycho Brahe (1916, 187), em discurso para a inauguração de uma sociedade beneficente, declara que não existe melhor meio para o “homem patentear a sua natural tendência para o bem”, como a fundação daquele tipo de instituição, visando “somente o amor do próximo com o fim de libertá-lo do fardo de contribuições pesadíssimas”. É provável que houvesse mais do que altruísmo em jogo. Lyrio Ferdinand (1893, 104) saúda uma “senhora idosa”, no dia de Ano Novo, ao desejar que Deus conceda a ela muitos anos de vida para “proteger os pobres que recorrem à sua inexaurível proteção”. O paternalismo desse tipo de relação social é notável. No livro de Aníbal Demóstenes (1936, 75), em discurso colegial sobre a caridade, esta é tratada como o meio que “torna o opulento estimado” e equilibra “a desigualdade que preside aos sorteios da fortuna”. Neste último caso, é clara a indicação de que essa prática poderia aplacar conflitos sociais ou legitimar desigualdades.

Religião e dominação patriarcal são temas recorrentes nos guias. Alves Castilho (1890, 29–30), em fala dirigida a uma noiva, postula que o “homem deixa-se dominar mais pela razão e a mulher pelo sentimento”. Daí a suposta necessidade de esta última cumprir “missão imposta pelo criador e pela sociedade”, isto é, “ser esposa e mãe”. Aníbal Demóstenes (1936, 46), ao parabenizar uma moça por seu aniversário, traça-lhe o futuro: “vós, que sabeis ser filha extremosa e irmã caridosa” está “destinada” a ser “esposa dedicada e terna”. Essas rígidas divisões de gênero, representadas como incontornáveis, vinham à tona justamente em momento em que sofriam algum questionamento. É o que pode ser sugerido em discurso de Tycho Brahe para uma menina em festa colegial. Segundo ele, outrora “ignorante e sem preparo, a mulher ficava sempre em plano muito inferior ao do homem”. Tal situação teria mudado, porém, visto que “todas as carreiras se acham abertas ao sexo feminino”, sendo o professorado primário quase completamente exercido por mulheres (Brahe 1916, 15–16). A dominação patriarcal no seio da família, mesmo diante de injunções do mercado de trabalho, era então rearticulada.

¹² Os maçons, no século XIX, eram acusados pelas autoridades religiosas de não obedecer ao papa, às autoridades diocesanas, ou aos vigários das igrejas (Abreu 1994, 197).

¹³ Não apenas a religião era naturalizada, como também o modelo familiar monogâmico e a constituição de prole. Alves Castilho (1890, 17–18), em modelo de fala a um pai que teve o filho batizado, proclama que um homem, fatigado do trabalho, “precisa” dos carinhos de uma esposa e dos sorrisos de uma criança para se recuperar.

Portanto, relações sociais tradicionais, em certa medida erodidas por comportamentos mais individualizados, eram relançadas nas páginas dos guias. Da mesma forma, elementos centrais do catolicismo oficial, questionados ou abalados pelo desencantamento acelerado do mundo, eram incutidos na sociedade. Tais orientações, longe de paradoxais, eram parte de um processo de modernização fraturado de escala transnacional.

Construção de hierarquias e suas contrapartidas

Os manuais para discursos procuravam estabelecer ou consolidar hierarquias sociais. Nesse processo, uma autoridade de cunho paternal ou uma honraria eram muitas vezes projetadas sobre indivíduos pertencentes às camadas médias. Em contrapartida, estas últimas eram atadas à obrigação de fornecer dádivas aos mais pobres.

Em primeiro lugar, é preciso definir que tipos de ritos de passagem os guias ofereciam. Roberto da Mata notou que o Carnaval, marco na transição do calendário religioso para a Quaresma, invertia simbólica e temporariamente as posições de poder dos grupos sociais ao permitir, entre outras coisas, que pobres se fantasiassem de ricos e vice-versa, uma compensação numa sociedade profundamente hierárquica e desigual. Por outro lado, o Dia da Pátria, recriação de um momento glorioso do passado que proclama a transição da sociedade colonial para o mundo da autodeterminação, reafirma a ordem e a estrutura, com seus desfiles militares repletos de uniformes e exibições de obediência às altas patentes (Matta 1981, 50–51).

Os manuais para discursos, por sua vez, propunham uma série de ritos de passagem hierarquizantes. Com a exceção da obra de Aníbal Demóstenes, eles disponibilizam pronunciamentos para comemorar a Independência do Brasil. Segundo Lyrio Ferdinand (1893, 146), esse era o momento em que tinham sido rompidos “os ferros degradantes do servilismo” e em que o Brasil ingressara no “mapa imenso das nações civilizadas”. Alves Castilho (1890, 176) é mais cuidadoso e ressalva que, depois da Independência, somente o “embaraço” da escravidão impedia o país de ser alçado ao patamar das “nações mais adiantadas”, obstáculo já superado àquela altura, porém. Com essas palavras, esses guias sinalizam a elevação da nação ao panteão das sociedades tidas como desenvolvidas ou civilizadas, uma mudança de status coletiva.

Mais do que isso, alguns manuais inseriam o Brasil numa espécie de história universal, como em discursos para celebrar a Revolução Francesa, subentendida como prenúncio da República (Ferdinand 1893, 161–162; Castilho 1890, 189). Tycho Brahe, ao comemorar a proclamação desta última no país, assevera que a monarquia era uma “instituição exótica” na América ou um “anacronismo” tolerado “a custo” em algumas nações da Europa. Segundo ele, o governo fundado no direito divino impossibilitava aos cidadãos o direito de dirigir os destinos da nação. E é por essa razão que implantação da República no Brasil abria caminho para os “dogmas sagrados da Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (Brahe 1916, 207–208). Alves Castilho (1890, 190) também exalta as ideias supostamente vencedoras em 1789, as quais anunciavam que “todos os homens são iguais perante a lei e só podem distinguir-se uns dos outros pelos seus méritos e serviços”.¹⁴ Todavia, a construção de uma sociedade democrática e baseada em vínculos impessoais — pilar do novo status da nação —, é logo conciliada com discursos voltados para a conformação de relações sociais tradicionais.

Os manuais para discursos engajavam-se na tarefa de investir indivíduos (na maioria das vezes das camadas médias) com atributos ora paternais, ora honoríficos. Vigários, professores, médicos, advogados, juízes, delegados, jornalistas e políticos eram considerados dignos de receber homenagens ao chegar ou partir de uma cidade. Em análise clássica, Max Weber (1999, 2:234) estabelece que a dominação patriarcal é marcada por relações pessoais e pela tradição, e a dominação burocrática, em contrapartida, por normas impessoais e abstratas. Ao lado da primeira, destaca ainda o sociólogo alemão, pode existir outra forma de dominação tradicional, baseada na honra social e não na piedade filial. Em tal cenário, os *honoratios* derivam sua autoridade da fortuna, da educação qualificada ou do modo de viver (Weber 1999, 236).

Nos manuais, traços de piedade filial são, às vezes, transpostos para figuras de destaque na comunidade. Em despedida a um vigário, Alves Castilho (1890, 123) expressa que a população local sofre a “mesma dor que sente um filho vendo afastar-se para bem longe um pai extremoso”. O mesmo autor transpõe essa concepção para o espaço escolar. Na partida de um professor, considera que este “deve ser um segundo pai para os seus alunos” (125). Com essas propostas de ritos de passagem ou separação, indivíduos podiam ser

¹⁴ Alves Castilho (1890, 173–174) é o único que disponibiliza discurso com o potencial de homenagear o regime imperial. De maneira bastante impessoal, o autor oferece texto intitulado “Ao aniversário do começo de um reinado”, no qual assevera que um “bom rei deve ser como um pai para os seus súditos; e certamente que o é o atual rei de ...”. Trata-se de provável concessão a grupos monarquistas remanescentes.

desligados de suas comunidades, mas a autoridade paternal de suas posições não, destinadas então a outros que viessem substituí-los.

Em cerimônias de passagem ou agregação, os guias elegiam ocasiões e cargos para selar o reconhecimento do status elevado de pessoas recém-chegadas a uma comunidade. Lyrio Ferdinand (1893, 87) cumprimenta um amigo que volta dos estudos na Europa, e justifica essa homenagem com o argumento de que ele “contemplou a civilização, de perto”. O reconhecimento da honra, nessa situação, assenta-se na estadia de um indivíduo em ambiente considerado intelectualmente mais adiantado. Tycho Brahe (1916, 132) louva a chegada de uma autoridade ou delegado, com a esperança de que a presença dele se faça sentir na “repressão da vadiagem” e na “vigilância contínua sobre indivíduos de mau proceder”. Essa posição de prestígio era conferida a alguém de quem se esperava tanto a contenção de criminosos, quanto o enquadramento de pessoas que se recusavam a ingressar no mercado de trabalho assalariado. Alves Castilho (1890, 158), por fim, cumprimenta um militar ao expor que dependem dele “a honra, a vida e as propriedades de todos os seus concidadãos”. A concessão de honrarias, como se vê, podia se relacionar à expectativa de que seus postulantes defendessem a ordem social vigente.

O reconhecimento da honra social, por vezes, materializava-se na oferta de presentes. Diplomas, retratos, relógios, canetas ou penas de ouro, álbuns de assinaturas ou retratos, medalhas, estatuetas, diplomas, podiam ser entregues por meio de um discurso. Tycho Brahe (1916, 83) propõe a oferta de uma estatueta a um notório administrador municipal. Em sua colocação, o prêmio deveria ser colocado sobre a mesa de trabalho do homenageado como símbolo de valor moral, pois representa “a profunda simpatia que vos dedica toda esta multidão de admiradores”, além de canalizar a amizade e a gratidão da comunidade. Esse objeto emerge como símbolo do reconhecimento de valor social de membros da comunidade. É possível que também pretendesse atar o recipiente a determinadas condutas ou compromissos. Lyrio Ferdinand traz elementos para reforçar essa hipótese em discurso para a entrega de um retrato a um delegado ou juiz. O sinal de gratidão viria acompanhado de um compromisso: “Não abandoneis nunca o povo; é ele quem mais precisa do auxílio de vosso talento e da proteção das vossas virtudes” (Ferdinand 1893, 194). Exemplos como esses denotam que o reconhecimento de honra social podia ser acompanhado da cobrança de benefícios ou proteção.

Victor Turner (2013, 105) trata de questão semelhante ao analisar ritos de passagem em sociedades africanas. Em alguns deles, o antropólogo identifica esforços de comunidades para deixar claro aos neófitos em altos cargos, que não deveriam utilizar seus privilégios em benefício próprio. A posição social dos iniciados é garantida sob a condição de que provém de uma dádiva da coletividade inteira, detentora, em última instância, dos direitos sobre suas ações. Manter o novo status requeria então a seguridade do bem-público. Em direção similar, alguns manuais para discursos impunham limites e exigências aos portadores de honrarias. Alves Castilho (1890, 86) propõe a recepção de um médico ao asseverar que este, quando cuida de um enfermo, assume as proporções de uma “verdadeira divindade”. Esse alto valor social vinha junto de uma exigência, ou seja, a de que ricos e pobres o recebem da seguinte maneira: “os primeiros certos de que o amor do ganho jamais guiará vossos passos; e os segundos confiados no vosso desinteresse e espírito de humanidade”.

Manter as honrarias, nesses casos, implicava a adesão a relações paternalistas: a pura e simples busca de ganhos monetários deveria ceder espaço ao oferecimento de cuidados e benefícios aos destituídos. É possível imaginar que essas palavras, por si sós, não fossem capazes de refrear todos os ímpetus acumulativos desses profissionais, ainda mais em momento em que valores burgueses e materialistas avançavam. Contudo, ofereciam argumentos para que tais sujeitos fossem cobrados a voltar parte de seus esforços para o alívio das penúrias dos pobres. Se os guias permitiam então leituras não utilitárias, pode-se igualmente supor que proporcionassem ferramentas intelectuais para que as camadas sociais mais baixas, acionando o ideal de caridade e as obrigações a ele atreladas, obtivessem dádivas e proteção. Tal hipótese ajudaria a explicar sua difusão nos extratos mais baixos da sociedade.

Considerações finais

As sucessivas edições e a longevidade dos manuais para discursos, de maneira análoga aos manuais epistolares, evidenciam que esse tipo de publicação atingiu, segundo a expressão de Dauphin (1991, 243), um “horizonte de espera” entre seus consumidores. Os primeiros surgiram justamente como adaptações dos segundos no final do século XIX. Destinavam-se, inicialmente, ao aperfeiçoamento da expressão oral de grupos sociais ascendentes, em especial, às camadas médias. Eram tratados de civilidade, voltados para o refinamento de maneiras e costumes. Na conjuntura da passagem do Império para a República, a nobreza local perdeu espaço para grupos enriquecidos através de atividades comerciais ou formados pela expansão

da burocracia estatal. Estes últimos procuravam então meios de superar sólidas estratificações sociais, de modo a ingressar no universo das elites. Gestos e modos de falar polidos, lapidados e incutidos no seio destas por instituições educacionais ou pela família, eram objetivos a serem alcançados pelos grupos emergentes. Essa pressão parece ter sido respondida, em parte, pelos guias para discursos, subprodutos dos manuais de utilidade prática, ainda que a identificação do uso dessas obras pelas velhas elites suscitasse imediata repreensão.

Assinados por indivíduos que deixaram poucas informações, os manuais para discursos eram construídos a partir de uma seleção de práticas sociais. Mais do que isso, almejavam criar ou consolidar comportamentos e condutas. Apostavam no poder da palavra falada como forma de intervir na sociedade. A celebração de ritos de passagem como batismos, casamentos, funerais, Ano Novo, acontecimentos históricos, era ocasião para a transmissão ou reafirmação de valores. É certo que não há homogeneidade nas mensagens dos guias. De qualquer forma, alguns eixos temáticos sobressaem em todos eles. Em primeiro lugar, enaltecem o processo de modernização em escala global que avançava sobre o país, especialmente a abertura de ferrovias e de postos de comunicação telegráfica, assim como comportamentos e valores ligados à burguesia. Em segundo lugar, tratam de conduzir e limitar as referidas transformações ao preservar elementos da ordem social tradicional.

Tais obras combatiam o possível desencantamento das relações sociais e, de maneira geral, práticas religiosas em desacordo com a doutrina católica oficial. Isto é, esforçavam-se para dividir as vidas dos sujeitos em função de ritos e cerimônias definidos pela Igreja. Isso ocorria justamente em conjuntura em que esta última se empenhava no sentido de romanizar as práticas e crenças de seus fiéis no Brasil. Além de tudo, contrabalançavam o avanço de relações sociais impessoais e mais individualizadas ao investir membros das camadas médias (professores, advogados, juízes, professores e médicos) com autoridade tradicional, conferindo-lhes ora atributos paternais, ora honra social.

Por fim, edições de menor qualidade material e de preço mais baixo indicam que os guias para discursos foram amplamente consumidos. Membros das camadas mais baixas da sociedade certamente os manuseavam e liam. É certo que esses livros buscavam criar ou reforçar uma série de hierarquias sociais. Ao mesmo tempo, todavia, insistiam na importância da caridade como virtude cristã, apresentada, inclusive, como condição para a manutenção da honra social. Em outras palavras, é possível que disponibilizassem argumentos para que leitores pobres solicitassem dádivas e proteção de grupos mais abastados.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à equipe editorial de *LARR* e aos avaliadores anônimos pela leitura cuidadosa deste artigo e pelas estimulantes sugestões.

Sobre o autor

Jefferson José Queler é professor adjunto de história contemporânea na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduado em história pela Universidade de São Paulo (USP), é mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa temas como política, imprensa, escrita e oralidade na história do Brasil republicano.

Referencias

- Abreu, Martha. 1994. "Festas religiosas no Rio de Janeiro: Perspectivas de controle e tolerância no século XIX". *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) 7 (14): 183–203.
- Alonso, Angela. 2009. "Arrivistas e decadentes: O debate político intelectual brasileiro na primeira década republicana". *Novos Estudos-CEBRAP* (São Paulo) (85): 131–148. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300006>
- Barber, Karin. 2007. *The Anthropology of Texts, Persons and Public: Oral and Written Culture in Africa and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brahe, Tycho. 1916. *O orador moderno*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia.
- Castilho, Alves. 1890. *O orador popular*. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- Chartier, Roger. 1991a. "O mundo como representação". *Estudos Avançados* (São Paulo) 11 (5). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>
- Chartier, Roger. 1991b. "Des 'secrétaires' pour le peuple? Les modèles épistolaires de l'Ancien Régime entre littérature de cour et livre de colportage". Em *La correspondance: Les usages de la lettre au XIX^e siècle*, editado por Roger Chartier, Alain Boureau, Cécile Dauphin, Jean Hébrard, Pierrette Lebrun-Pezérat, Anne Martin-Fugier e Danièle Pouban, 159–207. Paris: Fayard.

- Coutinho, Afrânio, e J. Galante de Sousa, eds. 2001. *Enciclopédia da literatura brasileira*. Tomo 2. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, DNL, Academia Brasileira de Letras.
- Damazio, Sylvia. 1996. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Editora Uerj.
- Dauphin, Cécile. 1991. "Les manuels épistolaires au XIX^e siècle". Em *La correspondance: Les usages de la lettre au XIX^e siècle*, editado por Roger Chartier, Alain Boureau, Cécile Dauphin, Jean Hébrard, Pierrette Lebrun-Pezzerat, Anne Martin-Fugier e Danièle Pouban, 209–272. Paris: Fayard.
- Demóstenes, Aníbal. 1936. *O orador do povo*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma Editora.
- El Far, Alessandra. 2004. *Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870–1924)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Elias, Norbert. 1994. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ferdinand, Lyrio. 1893. *O orador familiar*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia.
- Freyre, Gilberto. 2004. *Sobrados e mucambos*. 1936. São Paulo: Global Editora.
- Gennep, Arnold Van. 2011. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.
- Hallewell, Laurence. 2012. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- López, A. Ricardo, e Barbara Weinstein. 2012. "Introduction: We Shall Be All: Toward a Transnational History of the Middle Class". Em *The Making of the Middle Class: Toward a Transnational History*, editado por A. Ricardo López e Barbara Weinstein. Durham, NC: Duke University Press.
- Matta, Roberto da. 1981. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mücke, Ulrich. 2017. "Political Modernity in Latin America: The Nineteenth Century". *Latin American Research Review* 52 (4): 697–302. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.249>
- Parker, David S. 2012. "Siústicos, Huachafos, Cursis, Arribistas, and Gente de Medio Pelo: Social Climbers and the Representation of Class in Chile and Peru". Em *The Making of the Middle Class: Toward a Transnational History*, editado por A. Ricardo López e Barbara Weinstein. Durham, NC: Duke University Press.
- Parker, David S. 2013. "Introduction: The Making and Endless Remaking of the Middle Class". Em *Latin America's Middle Class: Unsettled Debates and New Histories*, editado por David S. Parker e Louise E. Walker, 1–23. Lanham, MD: Lexington Books.
- Rio, João do. 2008. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Roquete, J. I. 1860. *Novo secretário português*. Paris: J.-P. Aillaud, Monlon e Cia.
- Saes, Décio. 1984. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Sevcenko, Nicolau. 1998. "Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". Em *História da vida privada no Brasil. Vol. 3, República: Da Belle Époque à era do rádio*, organizado por Nicolau Sevcenko, 7–49. São Paulo: Companhia das Letras.
- Street, Brian, ed. 1993. *Cross-Cultural Approaches to Literacy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, Victor W. 2013. *O processo ritual: Estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes.
- Velloso, Mônica Pimenta. 1988. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore.
- Weber, Max. 1999. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

How to cite this article: Queler, Jefferson José. 2020. O poder da palavra falada: Gênese e sentidos dos manuais para discursos no Brasil da virada do século XIX para o século XX. *Latin American Research Review* 55(2), pp. 278–290. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.503>

Submitted: 22 February 2018

Accepted: 02 May 2019

Published: 23 June 2020

Copyright: © 2020 The Author(s). This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited. See <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.

LARR

Latin American Research Review is a peer-reviewed open access journal published by the Latin American Studies Association.

OPEN ACCESS 